

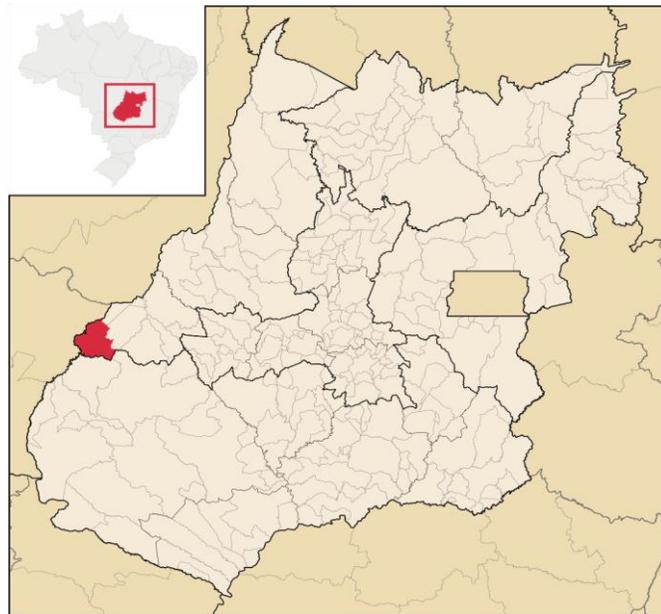
ESTUDO DE CASO

Assentamento Oziel Pereira

A Reforma Agrária são dois passos adiante e um atrás

"Decidi voltar ao campo pela recordação da infância. Eu achava que trabalhando na cidade poderia comprar uma terra. Com o passar do tempo, vi que isso era ilusão e decidi entrar pro MST". (Erlan Luis Souza Faria, Assentamento Oziel Pereira)

Localização



O Assentamento Oziel Pereira está no município de Baliza, estado de Goiás. Resultado da união dos acampamentos Chico Mendes (Niquelândia), Matão (Doverlândia), Dom Elder (Itaberaí), Chapadão do Ceu (Chapadão), Antônio Conselheiro (Posselândia), Onça (Doverlândia), Sonho de Rose (Doverlândia).

O município de Baliza está localizado em Goiás, no Território do Médio Araguaia, com uma área de 1.782,6 km², a 420km da capital, Goiânia. Tem uma população estimada, em 2010, de 4.321 pessoas. Faz divisa com as cidades de Torixoréu e Barra do Garças, no Mato Grosso; e com Bom Jardim de Goiás e Doverlândia, em Goiás. Também

está próximo do estado do Mato Grosso do Sul. O município está situado a 303 metros de altitude, a uma latitude sul 16° 10' 52" e a uma longitude oeste 52° 32' 34".

A região se localiza no Cerrado, um dos biomas com maior biodiversidade no mundo. Mas, vem sofrendo forte devastação. Esta região, em especial, vem sendo desmatada para dar lugar à criação de gado leiteiro e plantio de soja. O Assentamento Oziel Pereira encontra-se cercado por grandes propriedades, principalmente produtores de soja, em uma área de 46.619, 19 hectares de terra. Cada lote tem entre 7,5 e 61 hectares. A divisão irregular se deve à qualidade da terra, quanto mais fértil, menor a propriedade.

Classificação do caso

O Assentamento Oziel Alves Pereira é um caso de dotação territorial efetuada pelo Estado. O Assentamento foi criado em 2002 e reúne 553 famílias, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Corresponde ao processo tradicional de Reforma Agrária realizado pelo governo brasileiro, na qual famílias de camponeses pobres sem-terra recebem do governo um contrato chamado Termo de concessão de uso (TCU) de uma propriedade rural por 10 anos. Este contrato permite que as famílias possam explorar a terra, porém não podem vendê-la ou alugá-la. Legalmente, a terra pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na maior parte dos casos, o INCRA adquire propriedades rurais disponíveis, pagando ao seus proprietários o preço do mercado. Somente após 10 anos é que as famílias recebem o título de propriedade da terra e passam a ser os proprietários legais, podendo dela dispor conforme sua vontade.

Características demográficas e culturais da população

O povoamento de Baliza iniciou-se no início do século XX, com a descoberta de uma

jazida de diamantes na região. Os povoadores eram nordestinos e paulistas em busca de melhores oportunidades nos garimpos da região. Nessa época, era comum que trabalhadores se deslocassem de várias regiões do país, em busca de fortuna fácil nas jazidas de ouro e diamantes do centro-oeste e norte do país. Com o crescimento do garimpo e da população, o povoado de Baliza – que até então pertencia ao município de Doverlândia - foi emancipado em 1942, tornando-se um município autônomo.

Mas, poucos anos depois, com o declínio do garimpo, a região teve uma grande queda populacional. A região sofreu uma verdadeira estagnação, grandes extensões de terra passaram a ser ocupadas por latifundiários, principalmente produtores de soja e leite. Somente com a chegada dos camponeses que recebiam terras na região através do processo de Reforma Agrária é que a população da cidade voltou a crescer. Hoje, a região de Baliza e a cidade vizinha Doverlândia concentram o segundo maior número de assentamentos do estado de Goiás.

"A região tem tanto assentamento porque a agropecuária é muito forte. O campesinato foi passando de pai pra filho. É uma área de gado, e o pessoal foi cansando de trabalhar pros outros e foi se aglomerando para formar os acampamentos" (Erlan Luis Souza Faria, camponês assentado na área).

A região sofreu uma verdadeira transformação. Terras que antes pertenciam a um só dono, hoje estão nas mãos de centenas de camponeses.

As famílias que residem no Assentamento Oziel Pereira Alves são oriundas de diversas partes do estado:

"O nosso Assentamento reúne pessoas de todos os lados do estado de Goiás, tem gente da região de Goiânia, de Crixás, que é mais ao norte e também do sul do estado porque nós juntamos vários acampamentos, varias histórias para formar o Oziel ", relata o Sr. Firmino Moreno Martins.

A maior parte dos assentados na área residia na cidade quando decidiram

participar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). São pessoas que, nas palavras do camponês Firmino *"éramos quase todos trabalhadores pobres da cidade, motoristas, cobradores, etc., cansados de enriquecer patrão, que ficamos desempregados alguns e já tínhamos vontade de ter terra e aceitamos o desafio de lutar por ela"*. Vale ressaltar, porém que, em sua origem, a maior parte destas pessoas guardavam uma ligação com o campo, como relata o assentado Erllan Luis Souza Faria: *"Decidi voltar ao campo pela recordação da infância. Eu achava que trabalhando na cidade poderia comprar uma terra. Com o passar do tempo, vi que isso era ilusão e decidi entrar pro MST"*.

Quando chegaram ao local, explica a camponesa Margarida Gonçalves Martins, a Fazenda Bandeirantes era propriedade de um conglomerado alemão, dedicado à criação extensiva de gado bovino para o mercado interno e, principalmente, para o exterior. A Fazenda havia sido desapropriada para fins de Reforma Agrária em 2001, já que a empresa proprietária havia sido enquadrada como empresa executora de lavagem de dinheiro. Os camponeses da região também relatam que a empresa havia se apropriado ilegalmente de terras, como acontece por todo o país. O fazendeiro tem documentos de mil hectares, mas sua cerca compreende duas, três vezes a área legalizada. Há também relatos de que havia trabalho escravo no local e até mesmo um calabouço foi encontrado na área da fazenda.

Atualmente, a fisionomia da terra é outra. O município de Baliza tem 3.714 habitantes, segundo a última contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Somente no Assentamento vivem quase 2 mil moradores, sendo portanto, bastante representativo para o município. São 553 famílias assentadas no local, dividindo a terra que antes pertencia a apenas uma pessoa.

O Assentamento Oziel Pereira é uma terra fértil e rica em abastecimento de água. É cortado pelos rios do Peixe e pelo rio Araguaia, um dos mais importantes do país, que

corta os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins. Além disso, as terras dos camponeses também são abastecidas pelos córregos Ponte da Pedra, Caracol, Água Branca e Lageado. De acordo com os camponeses, todas as parcelas de terra possuem água.

Outro fator importante é a preservação da área de reserva do Assentamento, que é bastante protegida pelos camponeses.

As 553 famílias estão organizadas de acordo com os princípios do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

"Pessoalmente, acho que apesar de ser um assentamento muito grande, com 553 famílias assentadas, nós conseguimos unificar as famílias e lutar por um objetivo só. Nós organizamos com o apoio do MST, aprendemos com eles. Nós organizamos as famílias em grupos, blocos de 50 famílias, e cada bloco é dividido em mais 4. Como é muito grande, dividimos em três áreas, uma área tem 137 famílias (Água Branca), 198 (PA Caracol), Rio do Peixe (218) ", explica Erllan, que é um dos coordenadores locais do Assentamento.

A divisão em áreas e em grupos serve para que todas as demandas das áreas sejam discutidas e levadas ao MST. Desta forma, há uma tentativa de que todos possam participar das discussões grupais. Segundo os camponeses, atualmente ocorrem assembleias para reunir todos os assentados, mas a assistência é muito baixa e por isso acabaram optando pelas discussões grupais como melhor estratégia de organização.

O Assentamento possui uma área social grande, onde se localizam áreas comerciais. O espaço também é utilizado para reunir os camponeses, servindo como ponto de encontro. Um outro fator agregador para esta comunidade é a religião. Há cerca de 10 igrejas ou locais destinados à prática religiosa. As festas escolares e religiosas são as mais disputadas e funcionam como ponto de encontro e de ócio da região. Além disso, muitas famílias utilizam as áreas sociais para realizar festas pessoais, que também reúnem muitos dos assentados no Oziel Pereira. Os rios da região são outra fonte de

lazer, é comum que os jovens saiam a estes locais para refrescar-se nos dias de calor intenso. O futebol e o baralho são também diversões muito apreciadas pelos jovens. A maioria deles se casa muito jovem ou acaba deixando o Assentamento para buscar melhores oportunidades para estudar e trabalhar.

No Assentamento há duas escolas: a Escola Municipal Bandeirante e a Escola Estadual Oziel Pereira. A primeira atende 200 estudantes, que cursam as séries do ensino fundamental. A segunda foi aberta em 2011 é direcionada aos estudantes do Ensino Médio e possui 300 estudantes. O novo desafio dos assentados é conseguir uma escola técnica ou superior para o Assentamento. Eles desejam assim, evitar que os jovens tenham que sair do campo para continuar os estudos na cidade e possam se formar em profissões que ajudem a desenvolver a produção na área onde vivem, relata Erlan Luis Souza Faria, de 37 anos, morador do Assentamento Oziel Pereira:

"Ainda é precária a questão da educação. Tem os colégios, os alunos terminam o 2 grau e alunos tem que sair pra fora pra fazer um curso superior. Nós queremos uma faculdade dentro do assentamento para que os jovens não tenham que sair daqui. Há pais que hoje vão embora para acompanhar os filhos que saem pra fora pra estudar".

História da demanda e estratégia de acesso

A história do Assentamento Oziel é um bom exemplo de como funciona a Reforma Agrária no Brasil. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o movimento social dedicado a organizar a luta pela reforma agrária que mais camponeses reúne. Segundo Erlan, se os camponeses querem uma determinada fazenda, a estratégia é não ocupá-la, mas sim ocupar uma fazenda próxima. O governo quase nunca aceita a desapropriação da mesma área ocupada pelos camponeses. Desta forma, ocupar as margens de uma fazenda próxima, para o MST, ajuda a pressionar para logo negociar a área que o Movimento realmente deseja que seja destinada à reforma

agrária. Porém, muitas vezes os camponeses passam longos anos nestes acampamentos, apertados entre a cerca da fazenda e as rodovias.

"Eu passei oito anos acampado com o MST antes da gente ser assentado aqui no Oziel. Passei por vários acampamentos, até que a gente decidiu não esperar mais e acampar dentro do INCRA em Goiânia. A gente só ia sair de lá com a terra e foi assim que conseguimos a desapropriação do Oziel". (Sr. Firmino Moreno Martins, conhecido como Tio Nego, ex-dirigente regional do MST e morador do Assentamento Oziel Pereira)

O acampamento dentro da área do INCRA em Goiânia, capital do estado, foi uma ação história do MST e também reflete o funcionamento do processo da reforma agrária no país. O MST reuniu oito acampamentos de várias cidades como Jataí, Goiânia, Catalão, Itumbiara, Itaberaí, Doverlândia, todas as partes do estado na porta do INCRA, com mais de 500 famílias e quase 2 mil pessoas. Todas eram oriundas de acampamentos que esperavam a reforma agrária há vários anos e permaneciam espremidos em corredores às margens das rodovias no estado. Foram um ano e oito meses de acampamento, reuniões, negociações e muitas dificuldades para que os camponeses finalmente fossem assentados. Após a definição de que a Fazenda Bandeirante, em Baliza, seria desapropriada para atender a demanda dos camponeses, eles foram levados a um acampamento provisório, num corredor já dentro da área. Mas não podiam plantar e caçar. A situação de penúria durou um ano e meio, conta o Sr. Nego. Neste tempo, os camponeses viveram de doações que vinham de outros assentamentos do MST.

Após este período, os lotes foram finalmente cortados e entregues aos camponeses. Porém, ainda hoje há famílias que, apesar de participar da demanda desde o início, não possuem qualquer documento de posse da terra.

"Eu estou dentro da área desde que viemos pra cá. Mas o INCRA enrola meu cadastro até hoje. Cada dia é um problema novo. Assim tenho que viver aqui dentro para garantir meu pedaço de terra, mas não tenho documento e por isso não posso receber

nenhum auxílio. Não recebi o crédito para comprar ferramentas, para produzir, para construir casa, não posso pegar financiamento no banco, não posso fazer nada. Tudo o que tem aqui eu e meus filhos construímos no braço, na foice, na enxada. E o pior de tudo é que nem sabemos quando vai resolver isso". (Maria Floripa, camponesa que vive no Assentamento Oziel há mais de dez anos).

Outros como o Senhor Anacleto da Costa, de 62 anos, chegaram depois que a área já havia sido dividida e ocuparam um lote abandonado por outra família, realizaram o cadastro do INCRA, mas a situação ainda continua indefinida:

"Eu fiquei 10 anos no acampamento. Foi em 2002 o primeiro acampamento aqui, do MST. O povo aqui tava pré-assentado. Este foi o 1º acampamento que nos veio. Ai nós saiu daqui, ficou acampado 4 anos lá na Formiga, depois mais 3 anos lá no Paraíso, ai eu enjoiei e sai uns tempo, depois voltei de novo. Ai o meu genro chamou a gente pra vir ajudar no lote deles. Só que este lote onde nós estamos tava abandonado. Eu perguntei os morador daqui e todo mundo me deu apoio, disseram que eu podia entrar no lote. Ai eu pensei: sabe de uma coisa, eu vou entrar para dentro desse lote, e estou aqui. Ai um já veio aqui um funcionário do INCRA, arrumou os papel nosso, mas ainda falta papel pra arrumar".

A família de Erlan Luis Souza Faria já tem o Termo de Concessão de Uso, mas a situação ainda é precária: *"Me considero acampado há seis anos porque nós temos luz, tem água, porém nós moramos até hoje em barraco de lona porque não saiu benefício. Há quatro meses somente tenho TCU. Já está homologado, não tenho o papel, mas já está homologado".*

Ainda hoje há pessoas sem qualquer documento da terra, sem o Termo de Concessão de Uso e que nunca receberam nenhum auxílio do governo. Tampouco há qualquer assessoria técnica ou formação por parte do INCRA. Apenas o SENAR ofereceu alguns cursos para cuidado bovino.

A estratégia adotada pelo MST se baseia, principalmente, na pressão ao governo e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ainda hoje esta é a estratégia utilizada e periodicamente os coordenadores do Assentamento precisam se deslocar até a capital do estado, a 400 Km de distância, para entregar solicitações ao órgão. Os camponeses relatam que apesar de ter um técnico destinado a resolver os problemas do Assentamento *in locu*, o funcionário aparece raras vezes.

Linha do tempo

1990- 1999: Vários acampamentos espalhados pelo estado de Goiás.

1999- 2000: Reunião dos vários acampamentos em um único acampamento na sede do INCRA, em Goiânia

2001: Acampamento no corredor da Fazenda Bandeirante à espera da regularização da área

2002: Criação do Projeto de Assentamento Oziel Pereira

2011: Abertura da Escola de Ensino Médio

2015: Criação do Laticínio do Assentamento Oziel Pereira

Aspetos legais sobre o acesso e controle da terra

O marco normativo que permite a dotação de terras por parte do Estado brasileiro é composto por um conjunto de leis, decretos e outras disposições legais, baseados principalmente no Estatuto da Terra (Lei n. 4504/1964) e na Constituição Federal de 1988. Além disso, há outras normas como a Lei n. 8.629/1993, que regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária e a Norma de Execução n. 45/2005, que dispõe sobre os procedimentos para a seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Assim, a questão da Reforma Agrária começou a ser abordada legalmente pelo

país em 1964, com a publicação do Estatuto da Terra, que afirmava que:

“considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.
(§1º, do art. 1º, da Lei 4.504/64 - Estatuto da Terra).

Já o artigo 184 da Constituição Federal da República determina que o imóvel que não cumpra sua função social deve ser desapropriado para fins de reforma agrária. O mesmo artigo também garante a indenização com títulos da dívida agrária aos supostos proprietários dessas terras. Porém, o valor das benfeitorias que porventura houver na propriedade será pago integralmente em dinheiro.

Somente podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária, segundo o artigo 185 da Constituição, as grandes propriedades improdutivas. As pequenas e médias propriedades não são passíveis de participação na reforma agrária.

O artigo 189 da Constituição brasileira determina ainda que “os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 anos”.

Outra norma importante é a Lei n. 8.629/1993, que em seu art. 2º§ 6º , determina que propriedades que houverem sido ocupadas se tornam impassíveis de desapropriação pelo prazo de dois anos.

O processo de Reforma Agrária está a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Em teoria, o Instituto recebe inscrições de candidatos que queiram participar do processo de reforma agrária, bastando que este se dirija ao órgão regional de seu estado, munido de seus documentos pessoais. O perfil definido pelo INCRA como beneficiário da reforma agrária são agricultores e agricultoras, maiores de 18 anos, camponeses sem-terra, posseiros, assalariados, parceiro ou

arrendatário; pequenos proprietários. Logo, o Instituto deve checar os dados, elaborar um cadastro, classificar as famílias e assentá-las em imóveis que tenham sido adquiridos ou desapropriados pelo órgão para fins de reforma agrária.

Porém, historicamente, o campesinato brasileiro tem um histórico de ocupação de terras devolutas¹ e improdutivas, forçando a aceleração do processo de reforma agrária. Desta forma, o campesinato pula a etapa de cadastramento no INCRA e ocupa as terras disponíveis. Uma vez que uma terra é ocupada, os camponeses passam a negociar com o INCRA, o cadastro é realizado, a checagem é efetuada e os camponeses são assentados em uma área determinada pelo órgão.

Gestão do território e expectativas econômicas, culturais e sociais

Atualmente, os moradores do Assentamento Oziel Pereira estão desenvolvendo várias ações no sentido de recuperar a área, que foi bastante degradada por anos e anos de criação de gado. Entre 2006 e 2007, com o apoio do INCRA, da Universidade Federal de Goiás (UFG), Ministério do Desenvolvimento Agrário e MST, foi desenvolvido o Projeto Educação Ambiental e Recuperação de Áreas degradadas, que recuperou áreas devastadas pela erosão e também trabalhou com o retardamento deste processo.

Em 2015, o Assentamento se prepara para outro projeto na área ambiental. Mais uma vez com o apoio da UFG, as camponesas vão preparar um projeto de recuperação das matas ciliares, visando a proteção das nascentes de água da área. Segundo Erlan Luis, um dos objetivos dos assentados é preservar a área de reserva do Assentamento e concluir um projeto de recuperação das nascentes – já que elas se encontram nas áreas

¹ São consideradas terras devolutas as "terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias. A Constituição inclui entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental e à defesa das fronteiras, das construções militares e das vias federais de comunicação. As demais terras devolutas pertencem aos estados". In: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>; Acesso em 12 de dezembro de 2014.

de reserva.

Atualmente, os camponeses não produzem coletivamente. Porém, no passado houve uma cooperativa de farinha, uma horta comunitária e outros cultivos que os camponeses esperam reabilitar em breve. Os camponeses também tentaram formar uma Cooperativa:

“No início tentamos formar uma cooperativa, mas não deu certo. As pessoas tem medo de formar Cooperativa” (Erlan Luis Souza Faria, assentado na área).

“Não entendo isso ai, eu faço tudo sozinho. Eles falaram em montar uma cooperativa mas acho que não fizeram nada ainda. Do INCRA não tivemos nenhuma ajuda até hoje” (Anacleto Santano da Costa, assentado na área).

Segundo os camponeses houve pouca assistência técnica do INCRA e de outros órgãos e institutos que deveriam fazê-lo.

Porém, se o Assentamento Oziel Pereira é deficiente em algumas questões, em outras está muito à frente da maior parte dos assentamentos do país. Uma delas é o acesso à educação e cultura. Além das escolas, o Assentamento tem um telecentro, com computadores e acesso à internet com banda larga, que foi aberto ao público em 2005. Em 2012 foi realizado um curso técnico em agropecuária . Agora, as famílias desejam que os cursos técnicos sejam ofertados de forma permanente no Assentamento.

Em breve o Assentamento Oziel Pereira vai receber uma agro indústria, um laticínio. As obras devem começar este ano e em dois anos o laticínio deve estar concluído. Erlan explica que é uma demanda antiga dos camponeses:

“Mais ou menos daqui dois anos, vamos poder captar leite, resfriar, poder fazer todo tipo de derivados (queijo, iogurte, etc.). Foi um programa do governo, é uma pauta enferrujada de mais de 13 anos de marcha, que a gente vem pedindo a agroindústria. Foi aprovada há dois anos a agroindústria dentro dos assentamento. Já temos a cooperativa aberta dos assentamentos. Ela foi aberta com 20 membros, mas está em aberto para a entrada de novos cooperados. A ideia inicial é que sejam 300 sócios, no mínimo. Não vai

ser uma cooperativa só do assentamento Oziel, vai ser a nível do estado, vai servir pros 19 assentamentos de Doverlândia”.

Com o laticínio, os camponeses poderão ter mais independência, pois hoje o preço é definido pelas empresas.

A grande dificuldade relatada por todos os camponeses é a ausência de uma estrada. O Assentamento está a quase 40km distante da cidade de Baliza e Doverlândia e as estradas em mau estado de conservação dificultam quase todas as atividades no local.

“Não tem como fazer nada aqui porque não tem estrada boa. Agora está bom porque é época da seca, quando for o tempo das águas, aqui tudo atola, não passa carro. Do que a gente precisa? De estrada, de asfalto. Aí melhorava muito o Assentamento. Vai ter o laticínio, mas não sei como fazer sem estrada, sem ponte”. (Firmino Moreno Martins, assentado).

Atualmente, a maior produção dos camponeses é de leite, mandioca, abacaxi, abóbora, melancia, hortaliças, morango e fabricação de doces. O leite é vendido para os laticínios da região, que se encarregam de buscá-lo no Assentamento. Os outros alimentos são fornecidos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)², Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³ ou vendidos diretamente à população local.

“Eu faço queijos e requeijão e vou juntando. Uma vez por mês mais ou menos eu vou até a cidade para vender. Quando vem alguém aqui também leva. Eu consigo tirar uns R\$500 por mês só assim. Para a gente é melhor do que tirar o leite e entregar pro laticínio”, explica Margarida Gonçalves Martins, que vive há mais de dez anos no Assentamento.

² O PAA é um programa do Governo Federal de combate à pobreza e de fortalecimento da agricultura familiar. O programa permite a compra antecipada diretamente dos agricultores familiares, assentados e demais povos do campo para formação de estoque e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

³ O PNAE é o Programa Nacional de Alimentação Escolar e foi instituído em 1995 e garante a alimentação escolar. No PNAE, as escolas têm de destinar 30% da aquisição dos alimentos da merenda escolar a agricultores familiares.

“Aqui a falta de estrada dificulta para gente. Mas eu tenho um carrinho e vou para cidade uma vez por mês porque é muito longe. Vendo principalmente coisas da minha horta, alface, couve, vendo farinha também e tudo mais que tiver. Vendo tudo na rua, em duas horas já vendi tudo e volto com as comprinhas do que a gente não tem no sítio para casa”, explica Anacleto Santano da Costa, que vive há seis anos no Assentamento.

A grande demanda dos camponeses hoje para melhorar as vendas é a melhoria das estradas do Assentamento.

Os camponeses do Assentamento Oziel seguem práticas tradicionais de plantio e criação de animais. O gado é criado solto no pasto, em criação extensiva. O leite também é ordenhado manualmente. A mandioca, um dos alimentos mais produzidos pelos camponeses, é toda plantada e beneficiada manualmente.

“Acho que a forma como produzimos vem do povo antigo, derrubada, era tudo manual, vem dos antepassados, era tudo mais natural. E hoje também tem incentivo dentro do programa de Reforma Agrária. Assim a gente quase não usa nada químico. Usamos o próprio mato para adubar. A maioria da produção é orgânica, não usam muito veneno, por opção. Nós brigamos contra os latifundiários por causa da química, então se nós usarmos não adianta a nossa luta” (Erlan Luis Souza Faria, assentado na área).

Créditos

Assentamento Oziel Pereira

Sistematização, fotos e vídeo de Ana Lúcia Nunes e Miguel Colaço

Fotos de arquivo: Arquivo pessoal dos camponeses

Galeria de Imagens



Las lechugas del señor Anacleto



Mandiocal - plantación de Yuca - está presenta alrededor de todas las casas en el Asentamiento. Sirve para los animales, para la familia, para producir harina y varios tipos de comidas típicas del país.



La leche es el productor con mayor producción en el Asentamiento.



El Asentamiento Oziel Pereira es un gran productor de leche



Dueña Margarida prefiere producir quesos y coalhada a entregar su leche a bajo precio a los laticinios de la region



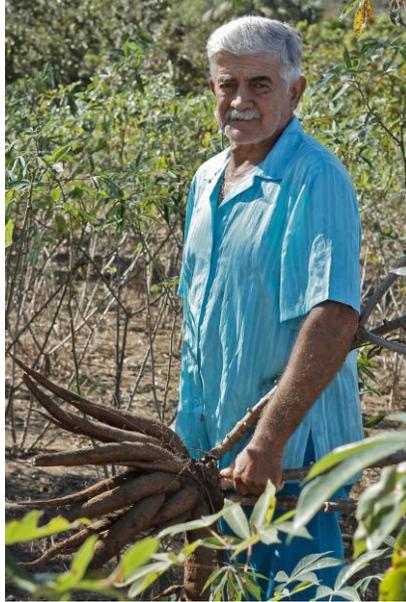
Cerdos y gallinas son creaciones que pueden ser encontradas en todas las fincas.



Bananas también no faltan en el Asentamiento.



Su huerto fue idea propia y saca las lecciones de producción de la radio. Así fue como aprendió a poner botellas llenas de agua alrededor de las verduras para mantenerlas mas humedas.



Señor Firmino muestra su cosecha de Yuca



Señor Anacleto coge un caju, fruto típico del cerrado brasileño.



BRASIL MOVIMIENTO REGIONAL POR LA TIERRA



Muchas casas ya tienen energia electrica y son de ladrillos en el Asentamiento